



**ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2776/2018**

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; e Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Ordem do Dia; 3. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h35min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Muito boa noite a todos. Eu vou passar a palavra ao João Marcelo, colega da SMDE que já esteve conosco e vai fazer a apresentação e depois vamos proceder a votação dos representantes da sociedade civil. **ITEM 2.: Ordem do Dia. 2.01. EXPEDIENTE: 18.0.000064256-4 (SEI). INTERESSADO:**



48 **SDU/SMDE. ASSUNTO: Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada**  
49 **Lomba do Pinheiro – Indicação dos representantes da sociedade civil organização,**  
50 **integrantes do CMDUA. RELATOR: SMDE. João Marcelo Carpena Osório, Secretaria**  
51 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite. Vou tentar ser bem  
52 objetivo, tentei pinçar todo o assunto que interessa para o que vamos fazer hoje. Na última  
53 reunião algum conselheiro pediu mais informações sobre a Lomba do Futuro. Então, vou  
54 começar recuperando um pouco isto sem me ater muito na questão da Lomba do Futuro.  
55 Este material que está na mão de vocês é um dos produtos desse período. Na verdade,  
56 estamos falando do Vol. II que seria para embasar o Plano de Melhorias da Lomba do  
57 Pinheiro, que vamos falar mais adiante. Quando eu falar em “Plano de Melhorias” tenham  
58 uma ligação com este material que está na mesa de vocês. Na verdade, ele é o terceiro  
59 produto, o terceiro de três, mas é o Vol. II de um produto dividido em dois fascículos, que  
60 se baseia no Plano de Melhorias. Vocês podem levar para casa, porque ainda tem  
61 bastante aqui. Então, procurei recuperar a questão da Lomba do Pinheiro enquanto  
62 comunidade, enquanto bairro. Então, montei uma linha de tempo para que a gente entenda  
63 a interface do Município com esta região, para conseguir entender de que forma foi  
64 desenvolvido pela antiga Secretaria de Planejamento Municipal, que passou pela SMURB,  
65 que hoje está na sua fase de implantação do trabalho na SMDE. Coordenação vocês  
66 sabem, 1999 é a data de publicação do Plano Diretor, da 434, que em 93 em um  
67 congresso da cidade que foi realizado em Porto Alegre se constatou que o antigo Plano  
68 Diretor, que era a lei vigente na época, estava defasado, não era mais capaz de atender e  
69 acompanhar a dinâmica de crescimento da cidade. Lá em 93 se percebeu isso e até 99,  
70 quando houve a substituição do Plano Diretor, este debate começou a acontecer nas mais  
71 variadas esferas do município. Em 98 a SPM começa a praticar atividades vinculadas à  
72 gestão municipal, no sentido de que as decisões de planejamento passassem a ser  
73 compatibilizadas com políticas conjuntas de intervenção local nos territórios da cidade. Em  
74 99 vamos ter um marco regulatório importante, que é a troca do Plano Diretor, da 43 para a  
75 434. E em relação à Lomba do Pinheiro a gente vai ter o início do que vem se chamar de  
76 Projeto Integrado Lomba do Pinheiro, com a instalação no território de um escritório da  
77 prefeitura na Lomba do Pinheiro para começar a trabalhar, para ter esta experiência da  
78 vivência local da comunidade. Para mim o marco inicial da discussão da Lomba do  
79 Pinheiro que vai culminar com a lei consorciada em 2009. Então, partindo desse início de  
80 99, vamos ter uma década de um árduo trabalho da prefeitura. Vou citar três secretarias  
81 que foram as principais, digamos assim, as protagonistas deste trabalho é a antiga  
82 Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Meio Ambiente e o DEMHAB. Digamos, esta  
83 tríade tocou junto com outras secretarias, com a UFRGS, com outros órgãos e outras  
84 instâncias, tocou este trabalho junto à comunidade. Além deste produto que vocês vão  
85 levar para casa. Nós temos outro produto. Por que estou falando em produto? De alguma  
86 forma o que foi produzido vai estar vinculado ao extenso trabalho de pesquisa, de análise,  
87 de diagnóstico e produção de material para embasar aquilo que lá em 2019 se tornaria a  
88 lei da operação urbana consorciada. É mais outro produto. Eu separo em pré-lei na  
89 primeira década e a partir da segunda década, que é de 2019 até os dias de hoje. É para a  
90 gente ver o envolvimento do poder público com este território. É interessante como se  
91 destina o trabalho e a produção da lei, como não se conseguiu fazer tanta coisa e depois  
92 de promulgada a lei, que passa a vigorar, onde foi parar todo este esforço? É uma  
93 pergunta que eu deixo para que a gente reflita no futuro. A gente sabe que logo em  
94 seguida feio o estatuto da cidade em nível federal. Então, o nosso plano meio que antecipa  
95 algumas discussões. Em 2001 seria um consolidado, como uma ova visão para se tratar os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 assuntos da política urbana em nível nacional. Esta lei passa a influenciar todos aos planos  
97 diretores que vieram depois de 2001, na revisão de 2010 vai colocar para dentro algumas  
98 coisas desta discussão da segunda década, a partir de 2001. Em nível federal tivemos o  
99 Estatuto da Cidade. Dentro do projeto integrado tivemos a criação de um grupo de  
100 planejamento local, a publicação em 2003 deste primeiro fascículo aqui, que seria o  
101 Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, Construindo a Lomba do Futuro.  
102 Então, esta primeira publicação vai acontecer em 2003. A outra publicação – Bases para o  
103 Plano de Desenvolvimento Local, Vol. I, que foi no final de 2004 produzido. Depois, para  
104 as construções das bases do Plano de Melhorias a gente vai ter esta publicação em 2007.  
105 Então, o mais importante foi a construção junto com a região. Em 2008 a gente começa a  
106 ter a publicação de algumas leis para colocar para dentro do Plano Diretor alguns  
107 conceitos que vieram com o Estatuto das Cidades, que o Plano Diretor ainda precisava de  
108 uma adequação. Então, em 2008 temos a Lei nº 606, que basicamente joga para dentro do  
109 Plano Diretor o conceito da operação urbana, tal qual trazida no Estatuto das Cidades. Em  
110 2009 vamos ter a Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, que é a  
111 630/2009, mas antes também temos outra lei, que também vai permitir a instalação da  
112 Operação Urbana como um instrumento no município, que é a 627/2009. Em 2010 o nosso  
113 Plano Diretor foi revisado, onde houve o reconhecimento da Macrozona 10. Este conceito  
114 de macrozona eu acho que é claro a todos, é uma forma da gente enxergar o território,  
115 sobretudo nós que trabalhamos com licenciamento e planejamento. Nós também estamos  
116 além das questões dos bairros, para além das questões das regiões de gestão e  
117 planejamento, nós também enxergamos o território dividido em macrozonas, até o advento  
118 da Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, não havia uma macrozona  
119 que delimitasse a área de atuação desta lei. Então, a Lei nº 630/2009 vai criar uma  
120 macrozona específica para implementar a Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do  
121 Pinheiro. Em 2010 incorpora isto para dentro do plano, porque se a gente fosse abrir a 434  
122 ia achar a macrozona 06, que foi extinta, porque a 10 pegou toda a macrozona 06 e  
123 algumas bordas, e legitima a macro 10. A partir de 2009, quando temos a lei da Lomba,  
124 outras leis que alteram características do território, como, por exemplo, aquele pacote de  
125 gravames AEIS 3, foi feita uma lei posterior a 2009 que aprovou várias áreas de AEIS 3 no  
126 município. Ao gravar várias áreas de AEIS 3 no município e parte dessas áreas se  
127 localizavam na Lomba do Pinheiro, acaba alterando de alguma forma os anexos da lei,  
128 mapas e tabelas para a aplicação de regime urbanístico. Então, uma das coisas que a  
129 gente vem fazendo quando trabalha com a lei é acompanhar o que vem depois de 2009  
130 como legislação, que altera de alguma forma aquele zoneamento que a lei de 2009 vai  
131 trazer como zoneamento, que reflete o diagnóstico que foi feito. Na segunda década o que  
132 temos, efetivamente? Vamos ter um decreto da instituição do comitê para que possa  
133 operar. Este decreto foi revogado, a composição desse decreto era uma composição  
134 diferente do que temos hoje em termos de número de membros. Era um decreto que foi  
135 montado com 12 membros, portanto, 04 de cada representação, 04 do município, 04 da  
136 comunidade e 04 entidades. Hoje nós temos uma formação de 03 em cada. Então, ele  
137 passa a vigorar criar, mas o comitê nunca operou sobre este formato, mas em 2015 foi  
138 substituído por um decreto que é o que hoje permite com que o comitê opere, que é esta  
139 divisão a partir de 09 membros, 03 membros do poder público, 03 da sociedade civil e 03  
140 da comunidade. Então, de 2013 a 2015 não se fez absolutamente nada senão a reedição  
141 de um decreto. Ou seja, o comitê passa a funcionar só em 2015. Se a gente for considerar  
142 que ele está constituído junto com a lei de 2009, são 06 anos da lei até a instituição do  
143 comitê, até que ele possa começar operar. Então, a gente se pergunta e ouve que esta lei  
144 não funciona, esta lei não presta. Só um pouquinho, nós temos que fazer um *mea culpa*



145 aqui. Se de 2009 a 2015 o poder público não conseguiu dar condição do comitê existir e  
146 começar a trabalhar, em parte, esta operação urbana nunca pode ser implementada. O  
147 que deveria ter acontecido? O comitê operante, o fundo/conta existindo para que  
148 pudéssemos receber o dinheiro das eventuais contrapartidas, nada disso foi feito. Na  
149 verdade, a gente começa a trabalhar com isso em 2015/2016, a partir do momento em que  
150 a Patrícia pegou esta demanda e botou a funcionar. Tinha projetos, as pessoas estavam  
151 querendo empreender na região, os projetos começaram a entrar no município. Nós temos  
152 uma lei que está vigendo e não temos como operar, vamos correr atrás e colocar isto em  
153 dia. Então, na minha opinião técnica, é difícil aceitar qualquer tipo de opinião ou afirmação  
154 que questione a lei, porque a lei, de fato, nunca pode ser implementada para poder ser  
155 questionada. Claro, passou o tempo e nós não podemos engessar um território pensando  
156 em uma futura revisão. Para mim esta revisão tem que começar a partir de agora, temos  
157 que fazer ela acontecer para depois entrar em uma discussão de revisão profunda da lei.  
158 Aqui tem outras leis de interferência no território, leis de gravames e algumas coisas que  
159 seria necessária revisão, artigos, mas nada que descaracterize a lei por completo, são  
160 questões muito pontuais. Aqui a gente chega no principal produto, o que interessa mais  
161 nesta discussão de hoje, que é o texto da lei, a instituição da operação urbana. Eu não vou  
162 ler, senão fica muito chato, mas o que é importante dizer? Esta lei foi feita em cima de uma  
163 conjunção de secretarias que hoje não existe mais. Então, para a discussão do comitê,  
164 uma das coisas que vamos ter que entender para poder evoluir, é que a lei está falando  
165 ainda em SPM, SMAM e DEMHAB, que hoje só o DEMHAB existe. Então, temos que  
166 entender quais as secretarias de governo hoje que desempenham as atividades da antiga  
167 SPM e da SMAM, mas vamos ver que hoje talvez elas estejam bem próximas, na mesma  
168 secretaria. Por outro lado, uma parte do planejamento urbano e do licenciamento urbano  
169 ambiental está hoje na SMDE. Então, o que entendemos neste sentido é que hoje o comitê  
170 deva contemplar pelo menos essas três secretarias, a SMDE para fins de questões de  
171 licenciamento e projetos na macrozona, também de implementar a Operação Urbana  
172 Consorciada. Portando, coordenando o comitê. Não podemos abrir mão do viés ambiental  
173 e nem do viés de planejamento urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e  
174 Sustentabilidade. Então, nesta composição dos membros, que também não é o objeto hoje  
175 da nossa discussão, hoje vamos votar a questão das entidades, mas haverá necessidade  
176 do município indicar titular e suplente para as três representações do poder público. Nós  
177 estamos sugerindo que em se tratando da SMAMS, Secretário, que a sua indicação  
178 contempla entre titular e suplente algum representante da área ambiental, que trabalhe  
179 com a questão dos licenciamentos ambientais, também algum representante da parte do  
180 planejamento urbano. Também que haja a possibilidade na indicação de fazer esta  
181 composição, porque isto vai qualificar o comitê, porque vai ter dois olhares parentes,  
182 indissociáveis na indicação da SMAMS. A SMDE vai indicar seus representantes. O  
183 DEMHAB não está aí hoje, mas terá que indicar seus representantes em momento  
184 oportuno. Depois vamos para a seção VII da lei. Depois eu vou dar este material a vocês.  
185 Na forma de controle vai estar pincelada uma ideia do que se entende que é para o comitê.  
186 Eu acho importante, quer dizer, nós sugerimos que por se tratar de uma implementação,  
187 que hoje fique a cargo da SMDE, porque estamos falando da implementação, a Secretaria  
188 de Planejamento vai entrar de novo na discussão quando fizermos a revisão da lei. Neste  
189 momento é a implementação, depois a Patrícia pode dar uma palavrinha, o que compete à  
190 área de planejamento. Enfim, competiria a SMDE, um terço de representantes do  
191 município, sendo garantida a representação da SPM, a Secretaria Municipal de Meio  
192 Ambiente e o DEMHAB, um terço de representantes da comunidade local a ser escolhido  
193 pelo Fórum e decreto regulador. Isto é importante, tanto o terço da comunidade local como



194 da sociedade civil organizada, na lei não está especificado como serão escolhidos, ela vai  
195 remeter a um decreto que existe, que está valendo hoje, que é o decreto que vai  
196 regulamentar tanto a questão do número de participantes, obedecendo esta  
197 proporcionalidade, quanto à forma de eleição de cada uma dessas representações. Aqui:  
198 “Fica facultada a possibilidade de participação de outros órgãos institucionais nas reuniões  
199 do Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro, em caráter  
200 consultivo, quando este entender necessário”. Já aconteceu com a gestão do comitê que  
201 está em funcionamento hoje de conversamos com a Saúde, PGM, SMOV, ou seja,  
202 precisaremos lá pelas tantas estar discutindo uma questão de contrapartida, a comunidade  
203 tinha dito que a prioridade da comunidade era um posto de saúde, aí chamamos a  
204 Secretaria da Saúde para conversar sobre isto. A PGM foi junto. Então, o fato de não  
205 termos outras secretarias aqui não impede que qualquer outra secretaria de governo possa  
206 ser chamada a contribuir com qualquer necessidade que haja. As atribuições, a  
207 composição e o mandato de representantes do Comitê de Desenvolvimento da Operação  
208 Consorciada Lomba do Pinheiro serão regulamentadas por decreto. Os artigos 20 e 21  
209 remetem para a necessidade de um decreto. “No prazo de 90 dias, contado a partir da data  
210 dela publicação”, mas vimos que este prazo deu bem mais, mas pelo menos o decreto  
211 existe e está vigorando. A grande peculiaridade da Macrozona 10 em relação ao resto da  
212 cidade é que diferente das outras a gente aplica o Plano Diretor sob o ponto de vista de  
213 um regime urbanístico. Portanto, em todas as unidades e subunidades da macro 10 a  
214 gente vai ter a figura de dois regimes urbanísticos. Lá em 2009, quando a lei foi idealizada,  
215 manteve o que o Plano Diretor estabelecia como regime urbanístico para o território, às  
216 exceção de dois zoneamentos que ela vai criar, chamando isto de regime urbanístico  
217 básico. E criou outro registro urbanístico, chamado Regime Urbanístico Máximo, com  
218 zoneamentos específicos que a lei traz para proporcionar de maneira organizada que  
219 empreendimentos que queiram ir para a região possam dentro dos seus cálculos e  
220 análises econômicas definir se o Regime Urbanístico do Plano Diretor lhe é suficiente ou  
221 se esses empreendimentos precisariam de mais algum aporte, seja de índice, seja de cota  
222 para a questão de parcelamento do solo, de repente uma atividade que não tenha naquela  
223 subunidade. Então, para isto ele organizou o Regime Urbanístico Máximo, onde muitas  
224 dessas subunidades vão receber um incremento, não todas, mas muitas, um incremento  
225 de potencial sobre alguns desses componentes nos regimentos urbanísticos. A lei vai  
226 estabelecer esse Regime Urbanístico Máximo, a figura da contrapartida, aí a gente tem  
227 que saber que contrapartida não é mitigação, contrapartida não é compensação,  
228 contrapartida não é lei de parcelamento de solo. Então, para um empreendimento que  
229 vocês estão acostumados a ver que eu tenho lá parcelamento do solo e tudo mais, preciso  
230 doar os meus 20%, vou doar pelo parcelamento do solo. É um empreendimento de grande  
231 impacto? Então, nas comissões serão tratadas as medidas de mitigação e compensação.  
232 Para além disso, se precisar usar o Regime Urbanístico Máximo, se ele aderir, se ele  
233 quiser usar, não é obrigado, ele também pagará contrapartidas, que poderão ser  
234 pecuniárias ou em obras e serviços, a lei estabelece isso tudo também. A linguagem da lei  
235 da Lomba é muito semelhante à linguagem do Plano Diretor. A lógica que a gente aplica  
236 para a cidade está toda traduzida aqui, não é uma coisa, digamos assim, a alteração  
237 urbana consorciada do ponto de vista do seu funcionamento não é alienígena, muito antes  
238 pelo contrário, ela replica para bem ou para mal exatamente a forma da gente operar no  
239 restante da cidade. O trabalho foi muito pensado com a cabeça de quem trabalha o Plano  
240 Diretor, ele não é descasado do Plano Diretor. Este anexo cinco é muito importante,  
241 porque ele vai entrar no mérito das questões específicas de atividade de parcelamento do  
242 solo. Este é um anexo que vem somar o Plano Diretor, é um anexo que vai falar de



243 zoneamentos novos, zoneamento do regime urbanístico máximo, portanto, que já não  
244 existem no Plano Diretor. Todos os zoneamentos do Plano Diretor que existem seguem  
245 existindo e a gente se reporta ao Plano Diretor, inclusive, dentro da operação urbana  
246 consorciada para aquilo que for tratado em termos de regime urbanístico básico. Este é um  
247 anexo importante. Por último, o último anexo da lei fala sobre malha viária básica, são  
248 aquelas situações de corredor de centralidade que o estudo o zoneamento tirado do  
249 estudo tenta potencializar para o desenvolvimento da região. Chegamos ao decreto que a  
250 lei menciona algumas vezes, ele regulamenta os artigos 19, 20 e 21 da lei. Basicamente o  
251 que ele vai trazer? Vai dar número àquelas proporcionalidades, o art. 4º, três  
252 representantes de entidades governamentais, meio que repete, mas dando o número.  
253 Vamos ao que interessa hoje: “Três representante da sociedade civil organizada,  
254 relacionados à temática urbano ambiental e socioeconômica, devendo ser entidades  
255 integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental”. É por isso que  
256 estamos aqui hoje, porque o decreto que ficou de regulamentar estipula que tenha que ser  
257 das 9 entidades que estão aqui, não podem ser outras. Maristela, na questão da  
258 comunidade local, um conselheiro da Região de Gestão e Planejamento, ou seja, a  
259 Maristela por ser a conselheira da Região 07 é, automaticamente, transportada para o  
260 comitê, não tem não querer, a não ser que queira mandar tua suplente. Tem que ser uma  
261 de vocês. E mais duas vagas para a comunidade, que seriam delegados escolhidos na  
262 Região de Planejamento 07. A Maristela já fez a eleição, tirou os nomes, que é uma  
263 eleição específica, onde é feita a eleição e são tirados mais quatro nomes, titular e  
264 suplente, para as outras duas vagas. “Os representantes terão mandato de 2 anos,  
265 podendo ser conduzidos por igual período uma vez”. Por exemplo, se o Furtado quiser  
266 continuar sendo representante pelo DEMHAB, ou se assim foi indicado, ele poderá por  
267 mais uma gestão de 2 anos. O Marcos, a Alexandra, eu e a Patrícia somos hoje os  
268 representantes dos órgãos da prefeitura, poderíamos ficar por mais uma gestão. **Rogério**  
269 **Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**  
270 Os representantes são os mesmos conselheiros ou são as entidades podendo indicar? **O**  
271 **SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:**  
272 Não. As entidades têm que ser do conselho, não necessariamente as pessoas. **Sérgio**  
273 **Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:**  
274 Mas não vai coincidir os mandatos. Vai nomear agora um comitê que vai ter mandato de 2  
275 anos, quando o conselho aqui vai ter um mandato remanescente ainda de mais um ano e  
276 pouco. Então, daqui a pouco as entidades que hoje fazem parte do conselho talvez não  
277 façam. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
278 **Sustentabilidade - SMAMS:** É o que está acontecendo, o Conselheiro Diaran da região  
279 ainda está lá. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e**  
280 **Urgência SMS:** Mas o Diaran ainda está lá porque aqui nós não fizemos o nosso tema de  
281 casa. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**  
282 **SENGE/RS:** Neste mandato que vai se iniciar não tem nenhum ajuste para que ele seja  
283 concluído junto com o mandato do conselho? Senão será mais curto. Aí na primeira ou  
284 segunda sessão do próximo conselho vai eleger um novo que terá um mandato um pouco  
285 mais comprido. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e**  
286 **Urgência SMS:** É perfeitamente adaptável, não tem problema. Nós já começamos com o  
287 conselho e não começamos ainda com o comitê, porque o comitê para começar depende  
288 do conselho. Ele estipula que seja casado com o CMDUA. Se na segunda reunião já se  
289 estabelecer isto, aí praticamente vão se desenvolver simultâneos. Nesta caso nós vamos  
290 ter um *delay*, mas poderia estabelecer isto. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**



291 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** E não poderia vincular ao mandato  
292 do conselho aqui? Não por tempo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**  
293 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Mas aí vai ficar sem operar.  
294 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
295 **Grande do Sul – SAERGS:** Tem situações em que se faz, por exemplo, do conselheiro,  
296 de alguém que vai ser indicado para uma nova gestão, ultrapasse um mês a posse da  
297 gestão, aí neste um mês terá tempo para o conselho se reunir e indicar alguém.  
298 (Manifestações fora do microfone). **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA –**  
299 **Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Para fazer isto nós teríamos que alterar este  
300 decreto aqui. Então, o que sugeriu a colega Eleonora da PGM, que a gente fizesse um  
301 novo decreto, que a gente não fizesse um decreto para o regimento, mas que fizesse outro  
302 decreto que mudasse neste decreto os nomes das secretarias e já incluísse um regimento,  
303 um texto da minuta no mesmo decreto. Então, a nossa situação hoje é – este decreto está  
304 válido, o regimento é uma minuta, nós estaremos publicando em um único decreto que vai  
305 fazer as duas coisas, vai validar o regimento, que foi o trabalho exaustivo da gestão  
306 passada do comitê fazer. Ele já vai consertar neste decreto aqui o nome das secretarias.  
307 Como vamos mexer neste decreto talvez caiba isto que tu estás sugerindo, porque nós  
308 vamos ter que mexer neste decreto. Isto que tu estás sugerindo é uma questão mais do  
309 comitê, não precisa mexer na lei da Lomba para fazer isto. Nós podemos colocar uma  
310 observação nesse sentido no novo decreto que vai substituir este por conta do nome das  
311 secretarias e vai incluir o regimento, a gente poderia acolher esta sugestão sem problema.  
312 Bom, gente, alguma dúvida? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão**  
313 **de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Parabéns pela tua explanação, eu acho  
314 que está muito bacana. Eu estou aqui há 6 anos e só tive conhecimento deste processo da  
315 Lomba no consorcio, mas não foi tão bem apresentada como tu estás fazendo. Na  
316 composição eu vejo que a Lomba encosta na Região 05, mas não faz parte do consórcio.  
317 Ou seja, o pessoal que mora lá no Rincão, que faz parte do Belém Velho, o consórcio  
318 entra no Rincão. E por que a Região 05 não senta na mesa para poder discutir também  
319 com o pessoal da Lomba do Pinheiro? No recorte que houve dos bairros, uma parte da  
320 Lomba do Pinheiro ficou com o Rincão. Eu acho que a composição da mesa teria que ser  
321 com a Região 05, também entrar na discussão. Fica uma discriminação, porque faz um  
322 trabalho em toda a região da Lomba do Pinheiro, entre aquela região que fica naquele  
323 canto. Então, vocês estão afetando a Região 05 e também afetando o conselheiro da 05  
324 pela equivalência da melhoria da Lomba, tirando todo o esplendor da 05, não discutindo a  
325 mata virgem e não sei o que mais, mas a 05 quando tem que fazer um desvio entra pela  
326 Lomba. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e**  
327 **Urgência SMS:** Sim, o senhor está coberto de razão, a gente já detectou isso, mas vamos  
328 fazer um raciocínio, a Lomba do Pinheiro enquanto Operação Urbana Consorciada  
329 abrange a macrozona 10, que não é a mesma coisa que Bairro Lomba do Pinheiro, tão  
330 pouco Região de Planejamento 07. Ela vai englobar massivamente, não sei em números,  
331 mas pela imagem podemos concluir que, provavelmente, 85% ou mais da Região de  
332 Planejamento 07, que várias pegar outras duas regiões, não só a 05, mas a 08 também, o  
333 pessoal da Pitinga. São bordas, são interfaces. Neste momento a gente tem que se  
334 reportar ao que está na lei. Lá em 2009 quem instituiu a lei estabeleceu esta regra,  
335 provavelmente, porque o território é caracterizado pela Região de Planejamento 07  
336 massivamente. Nós detectamos isto, este é um processo que está posicionado no Bairro  
337 Pitinga, é que são dois bairros, tem a Pitinga e a Restinga. Então, está na Região 08 de  
338 planejamento, mas dentro da macrozona 10. **Kelly Ramos da Silva, (2ª Suplente),**



339 **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** A construção é feita na Região 08 e  
340 o benefício quem discute é a Região 07. Este é o grande questionamento. **O SR. JOÃO**  
341 **MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Perfeito,  
342 quem discute é a 07 e o empreendimento poderá acontecer no território. Hoje, da forma  
343 que está escrito, o que podemos fazer? Solicitar para o Diaran, agora para a Maristela,  
344 pedir que eles tenham a compreensão de que neste caso estão sendo indicados pela  
345 Região 07, mas que não estão lá para representar somente a região 07. Então, o trabalho  
346 da Maristela vai ser dialogar hoje na forma da legislação. Não quer dizer que não possa  
347 mudar, mas a gente não pode trabalhar fora da lei. Hoje os conselheiros teriam como  
348 função representar a macrozona 10. Então, a indicação vem pela 07, mas o trabalho que  
349 tem que ser feito é um trabalho que vão ter que conversar com vocês dois. É isto. Tem que  
350 ser feita esta conversa democraticamente, (Falas concomitantes). **Paulo Jorge Amaral**  
351 **Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Tudo bem,  
352 nada a ver com a conselheira da região, a composição não é voz, a composição é real. O  
353 que acontece? O conselho da Grande Glória engloba a região do Rincão. A metade da  
354 comunidade do Rincão (Inaudível), aí não pega a discussão porque não está no consórcio.  
355 João, é uma composição de discussão, que quando houver reuniões da composição do  
356 consórcio da Lomba que fique aberto aos conselheiros da Região 08 e da 05 para poder  
357 compreender. Eu acho uma discriminação vocês fazerem só o consórcio da Lomba,  
358 quando a grande questão hoje da grande potencias de construção não é da Loba, é a  
359 Glória. Olha bem a situação, a Glória tem 200 anos de existência, a Glória tem muito mais  
360 investimento que a Lomba, a Glória tem hospitais, tem igreja, tem um crescimento de  
361 potência, que pega todas as regiões, mas ficou de fora da jogada do consórcio de  
362 crescimento. Tudo bem, mas a Glória está no meio transversal da Glória para a Restinga e  
363 não a Lomba, a Lomba desce por fora. Se quer vir da Restinga, da Hípica, vem pela Glória,  
364 mas a Glória não está no crescimento de potência. Isto é discriminação, fazer  
365 investimentos em uma área só e deixar as outras de fora. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES**  
366 **DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** A Operação Consorciada da  
367 Lomba foi feita como um projeto piloto de um instrumento do Estatuto das Cidades, em 99,  
368 aí foi escolhida, porque o município não tem capacidade de fazer uma operação  
369 consorciada urbana para cada bairro. Então, foi feito o projeto piloto, que por alguma razão  
370 as equipes que lá estavam elencaram a Lomba do Pinheiro. Foi escolhida uma região para  
371 iniciar o projeto piloto sem saber se ia dar certo e nós ainda estamos no meio de  
372 implementar um projeto. Então, não é que não possa haver uma Operação Consorciada no  
373 4º Distrito, uma na Glória. Tem que haver e vocês têm de alguma forma pressionar, no  
374 bom sentido, a administração para que reforce a equipe do Secretário de Planejamento  
375 Urbano para que o pessoal possa abarcar outros estudos. Nós falamos de uma década de  
376 estudo na Região da Lomba do Pinheiro para chegar esta lei. Deveria se iniciar estudos.  
377 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro,  
378 quero dizer a todos vocês que eu considero o melhor ciúmes que poderia ter neste espaço,  
379 porque uma das coisas que nós, eu, a Jane, o pessoal que foi eleito, um dos propósitos  
380 nosso é trazer para cá algo que realmente os outros conselheiros não fizeram, que é fazer  
381 este desafio aos conselheiros do comitê gestor, Seu Jorge. Não precisa ficar alterado. Nós  
382 queremos que esta lei se transforme para toda a Cidade de Porto Alegre. Este é o primeiro  
383 projeto do Brasil, é a primeira experiência do Brasil, Seu Jorge. Nós fizemos esta  
384 discussão desde 1999, quando tivemos o Plano Diretor de Porto Alegre, que, aliás, eu  
385 estava vereadora em Porto Alegre. Seu Jorge, se o senhor olhar as fotos, o fotógrafo da  
386 época, ele deveria ter algum problema comigo, porque só lembrou das minhas fotos nesta



387 disputa de eleição agora. Eu não estou em nenhuma foto, por exemplo. O senhor sabe de  
388 quem eu estou falando, né! Então, para não entrar nesta polêmica boba, né, mas vamos  
389 ficar no foco. Nós construímos o processo de uma forma muito séria e consideramos que  
390 demorou muito para nós chegarmos até aqui. Nós estamos quase perdendo algo muito  
391 importante para um PSF, de uma discussão longa, onde nós fizemos todo o processo  
392 como tinha que fazer. Agora, nós jamais, não pensem isto, vamos nos negar neste  
393 processo que estamos hoje, eu, a Jane, o Nunes que está aqui e faz parte da comunidade,  
394 que é lá da Vila Esmeralda, está na Herdeiros, na Tamanca, de discutirmos com a parte  
395 que cabe da questão da macro 10. Nós estamos entrando agora e viemos hoje sem tirar o  
396 valor das vontades que cada um tem aqui de nos questionar, de avançarmos neste  
397 processo, mas nós queremos eleger para não perdermos perder o que construímos até  
398 aqui. Seria muito injusto com a nossa região, com este exemplo que estamos dando, nós  
399 não somos melhores do que ninguém, mas nós construímos isto aqui. Isto aqui tem que  
400 ser respeitado, tem que ser valorizado, sem tirar valor. Eu amo a Glória! Eu amo a  
401 Restinga, passo por ali, meus parentes, meus irmãos moram ali. Não é nada pessoal, só  
402 que nós queremos hoje eleger as entidades para tocarmos, inclusive, tocarmos a  
403 modificação do processo, da revisão deste processo. Então, se nós ficarmos aqui fazendo  
404 uma disputa neste momento, seria muito ruim e muito injusto com tudo que nós  
405 construímos. Sem desmerecer a Restinga, que é nossa irmã, que passa pela nossa  
406 comunidade, que é povo sofrido como nós, que quando tiver algo lá construído nós vamos  
407 brigar para que fique lá. Seu Jorge, nós também vamos discutir com vocês, porque seria  
408 indigno da nossa parte não fazermos isto. O senhor nunca espere isto de mim, porque  
409 Porto Alegre é uma só, eu moro na Lomba do Pinheiro, sou uma pessoa que já passou dos  
410 50 anos e que tem esta consciência humanitária e econômica também. Nós temos visão  
411 de urbanidade, que Porto Alegre é uma só. O projeto foi aprovado lá no Ministério das  
412 Cidades, é um projeto nacional, que nós queremos que Porto Alegre seja a vanguarda,  
413 mas a Lomba foi a primeira e nós temos a obrigação de seguir este processo para que  
414 amplie para toda a Cidade de Porto Alegre. Sou parceira, Seu Jorge, com o senhor e com  
415 a Restinga, com a Pitinga, que agora é um bairro. E aqui temos entidade,  
416 empreendedores, técnicos e a comunidade para avançarmos no processo que já está  
417 tarde, porque temos que avançar para toda a nossa querida Porto Alegre. **O SR. JOÃO**  
418 **MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Eu acho que é  
419 isto, nós temos que entender a Lomba do Pinheiro, esta Região 07 como um exemplo a  
420 seguir, para que as comunidades fiquem organizadas e militem para que outras operações  
421 urbanas consorciadas, aos moldes da Lomba, possam acontecer no território. Eu acho que  
422 é isso, é ver o sucesso desta experiência para que a gente possa estar conseguindo entre  
423 gestão, técnicos e comunidade construir outras experiências de sucesso. (Manifestação  
424 fora do microfone). **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**  
425 **Planejamento Quatro – RGP. 5:** O que tu estás colocando agora é o mesmo que  
426 colocaram em 2014, mas dou parabéns, a Lomba precisa ser empregada, está atrasado  
427 isto. Só gostaria que olhassem com carinho não só uma região, porque têm outras  
428 comunidades precisando de um olhar. A Lomba está em um processo adiantado, mas  
429 poderia começar a ver outros bairros. Não sou contra a Lomba, tem que avançar, mas  
430 estou sentado aqui e preciso defender a região da Grande Cruzeiro, Glória, Belém Velho.  
431 Para que eu represento a Região 5? Para ficar olhando? Não, eu tenho que vir discutir  
432 para que o conselho fale por Porto Alegre. Olha a orla, a orla está linda, aí a nossa região  
433 parada! Aí frustra quando chego no Rincão e o pessoal fala: “Não, nós não queremos  
434 saber de vocês, vocês não fazem nada por nós”. Não, Secretário, tem que tirar comissão



435 para discutir os bairros de Porto Alegre. Muitas coisas ficaram no ar, se olhar as atas vai  
436 ver os meus pedidos aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
437 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu queria encerrar aqui a apresentação  
438 do João e passar para as inscrições, depois passarmos para a eleição. Paulo Jorge, a sua  
439 indignação tem seu grau de procedência e está posta está registrada. Só que há uma  
440 legislação vigente que temos que respeitar, se for mudar a legislação, se for mudar  
441 mandato, se vai ter outros conselheiros de outras regiões, isto não está na pauta agora.  
442 Nós temos que seguir o que está na pauta, o que não impede que a gente abra uma  
443 agenda para fazer correções e assim por diante. Isto é soma de territorialidade de Porto  
444 Alegre, a gente tem o fator bairro, temos região de OP, temos região de planejamento.  
445 Então, quer dizer, isto não conversa um com o outro e geram essas diferenças, mas temos  
446 que pensar de forma coletiva, saber que a pauta agora é esta. Eu vou sugerir o  
447 encaminhamento, porque eu estava lendo a pauta do assunto, que é a apresentação e a  
448 indicação dos membros. Então, vamos indicar os membros e depois a gente abre a  
449 rodada, aí já emenda com a manifestação dos conselheiros. Então, vamos encaminhar a  
450 votação e depois abrimos para a rodada, onde todos vão poder falar. Vamos retomar que  
451 quem vota são as entidades. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção**  
452 **Hospitalar e Urgência SMS:** Cada um escolhe uma entidade, as três entidades mais  
453 votadas estarão eleitas. Tem que ver quais entidades querem participar. **Maurício**  
454 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
455 **Sustentabilidade - SMAMS:** As entidades são ABES, ACESSO, ÁREA, CAU, IAB,  
456 SAERGS, SENGE, SINDUSCON e SOCECON. Receio que poderemos ter um acordo ou  
457 querem fazer votação? **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção**  
458 **Hospitalar e Urgência SMS:** O Saffer perguntou na reunião passada se poderia haver  
459 uma composição de entidades. Não, não pode, são três entidades, não são seis entidades.  
460 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
461 **AREA:** Eu acho que pode ter entidade que não quer participar. Então, faço a sugestão de  
462 vermos quais entidades querem participar e que dê uns 5 minutos para a entidade justificar  
463 porque quer participar. Não sei se o senhor entendeu. **Maurício Fernandes, Presidente e**  
464 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu entendi,  
465 só fiz uma pergunta anterior se há consenso, porque todo mundo já se conversou. Tem  
466 consenso? **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande**  
467 **do Sul – CAU/RS:** Sobre o processo de fato, como que se dá o processo eleitoral? Tem  
468 algumas coisa escrita ou tem alguma experiência recente que podemos ter como modelo?  
469 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
470 **Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos ver quais são as entidades que se habilitam ou  
471 se retiram do processo. Se sobrar três está resolvida a votação. Eu percebi que já houve  
472 diálogo. Então, fiz a pergunta. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de**  
473 **Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** As entidades conversaram um pouco antes  
474 da reunião, mas não foi concluído porque iniciou a reunião. Pelo que vimos tem três  
475 entidades que se colocariam à disposição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**  
476 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ÁREA se manifestou  
477 que não tem conhecimento. Então, pergunto, ABES se habilita? **Darci Barnech Campani**  
478 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**  
479 Presidente, eu entendi a pergunta do conselheiro, é se existe algum histórico, se já foi feito  
480 isto alguma vez, como de fato já foi feito das entidades se reunirem ali fora e trazerem uma  
481 proposta. Inclusive, já teve uma reunião que aconteceu ali fora e esqueceram que eu era  
482 entidade também, não me chamaram, mas foram lá fora e fizeram a votação. **Maurício**



483 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
484 **Sustentabilidade - SMAMS:** Hoje foi o Sérgio que ficou de fora. **Darci Barnech Campani**  
485 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não,  
486 ele estava ali fora. Então, a minha proposta é dar 5 minutos de intervalo, que as entidades  
487 possam ir ali fora conversar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
488 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, até 20h05min fica suspensa a  
489 reunião. **INTERVALO.**

490 **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –**  
491 **CAU/RS:** Nós fizemos um término do nosso encontro. Esses dias eu até estava  
492 conversando com um amigo sobre consenso e entendimento, o entendimento talvez não  
493 pressuponha somente maioria, não de maneira absoluta, mas encaminhamos por maioria  
494 a IAB, SAERGS e ABES. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
495 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ACESSO concorda? **Júlio Picon Alt**  
496 **(1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim, estamos de  
497 acordo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
498 **da Sustentabilidade - SMAMS:** A ÁREA? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
499 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sim. **Maurício Fernandes,**  
500 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
501 O CAU, o Vinícius já se manifestou. O SENGE. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato**  
502 **dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** De acordo. **Maurício Fernandes,**  
503 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
504 O SINDUSCON. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da**  
505 **Construção Civil – SINDUSCON:** Eu gostaria de falar sobre o peito. Boa noite. Eu  
506 ponderei para a comissão que se reuniu ali fora que a Operação Consorciada Lomba do  
507 Pinheiro foi idealizada para ter um tripé entre a comunidade, o governo e aqueles que vão  
508 empreender na região. Eu fiz parte do primeiro comitê que conseguimos eleger, como  
509 SINDIMOVEIS, tenho experiência como conselheiro de região também, tenho também  
510 uma visão bastante particular sobre a Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Até  
511 tenho algumas reflexões de porque ela até hoje não funcionou. Então, ponderei para a  
512 comissão que eu achava que o SINDUSCON teria que participar desta comissão, até  
513 porque eu seria como representante um porta voz do comitê junto ao sindicato, que em  
514 última análise é quem vai trazer os empreendimentos, é quem vai dar as contrapartidas.  
515 Os grandes interessados, depois da comunidade, são os empresários. E o poder público  
516 fica no meio tentando fazer com que as partes se entendam, vamos dizer assim, porque,  
517 na verdade, o poder público está representado até pela própria legislação, a legislação da  
518 Lomba do Pinheiro. Então, foi com esta intenção que eu disse, Maristela, que os  
519 empreendedores tinham que ter representação, mas a maioria achou que não, que não  
520 precisa os empreendedores estarem representados. Eu respeito a posição, respeito, mas  
521 acho uma pena que vocês não tenham decidido por esta questão, porque eu acho que o  
522 SINDUSCON teria muitas contribuições a fazer para que esta operação consorciada  
523 saísse realmente do papel. Eu já havia dado para o Diaran, o outro representante da  
524 região, quando ele reclamava que não chegavam as contrapartidas, que até hoje não se  
525 conseguiu fazer nada com esta operação consorciada. Diga-se de passagem, os  
526 diagnósticos foram feitos em 2000, pelo sendo do IBGE, em 2003 foi feito um senso  
527 participativo, em 2004 que realmente se condensou todas as informações. Ou seja, faz 15  
528 anos este diagnóstico, que se conseguiu formatar em lei em 2009, que até 2019, porque  
529 certamente não vai acontecer nada em alguns meses, até 2019 a operação consorciada  
530 não funcionou. Então, alguma coisa deveria ser feita. Eu tinha dito para a representante da



531 região que deveria, realmente, se encontrar de novo com o poder público e se encontrar de  
532 novo com os empreendedores, para ver o que poderia ser feito para dar certo. E o meu  
533 intuito de me oferecer para fazer parte desta comissão era neste sentido. Então, eu  
534 termino a minha fala e aceito a escolha de como foi feita a escolha, pela maioria,  
535 democraticamente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio  
536 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. SOCECON, concorda? **Mark  
537 Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -  
538 SOCECON/RS:** Concordamos sim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário  
539 Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, estão escolhidos,  
540 é a IAB, SAERGS e ABES como representantes das entidades do CMDUA no Conselho  
541 da Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro. Passo para as manifestações.

542 **APROVADA a representação de entidades para a Operação Urbana Consorciada**  
543 **Lomba do Pinheiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
544 **ABES/RS; Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS e Sindicato dos Arquitetos no**  
545 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS.**

546 **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da**  
547 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo –**  
548 **HOCDDA/OP:** primeiramente, parabéns a todos que fizeram esta eleição e vão compor a  
549 Lomba do Futuro. Eu acho que é uma falha também do decreto, da forma da legislação, eu  
550 acho que tem que atender as três partes, que é a parte ambiental, urbanística e o  
551 empreendedor. No meu entender a lei consorciada deveria ter este apanhado e abranger  
552 todas as partes. Então, eu acho que é uma questão que dá para se trabalhar, caso venha  
553 a ter uma nova resolução, uma nova proposta de decreto, de se readequar neste ponto,  
554 porque eu acho que quem perde não é o conselho, é a cidade. Em relação à Lomba, eu já  
555 venho trabalhando há certo tempo dentro desta questão, tem muita informação em relação  
556 à Lomba do Pinheiro e vejo que é um grande problema a delimitação da macrozona 10. É  
557 algo que foi apontado aqui, pega parte da Região Belém Velho, pega parte da Região  
558 Restinga, essas regiões se sentem prejudicadas. Por exemplo, tem um terreno 4305 na  
559 Restinga, pega metade do terreno dentro da macrozona 10, outra metade dentro da  
560 Região de Planejamento 08. Então, para tramitar uma situação desta fica muito difícil. A  
561 questão toda, analisando no todo, é que a macrozona 10 deveria ser delimitada pelas vias,  
562 que hoje ela tem uma série de linhas imaginárias, que é algo que dá confusão, Maristela.  
563 Se fosse pela Estrada do Rincão ficaria mais fácil de definir. Então, vocês pegam uma  
564 parte da macrozona 10, que sai da Estrada do Rincão e vai dar na Antônio Borges. Não  
565 tem nada a ver, é uma linha imaginária. Então, dá muita confusão, daqui a pouquinho pode  
566 cortar mais uma vez terrenos pelo meio, que vão tramitar muitas vezes com projetos.  
567 Então, é uma questão que deve se pensar, acredito que a equipe da SMDE está  
568 preocupada com esta situação e vai achar uma solução para trazer para este comitê, para  
569 poder trabalhar de forma que venha atender os anseios das comunidades. Seria esta a  
570 minha colocação. Obrigado. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do**  
571 **Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Não, apenas queria fazer uma consideração. Eu acho  
572 que estão muito bem definidas as três entidades, porque temos duas entidades que  
573 representam os arquitetos urbanistas, com uma longa atuação nesta área. Nós temos a  
574 ABES. Não entendo, Dal Molin, que seja necessária a participação direta do SINDUSCON  
575 neste comitê. Cabe to à prefeitura, a seus técnicos, quanto a este comitê, criar condições  
576 para que os empreendedores realizem aquilo que a prefeitura entendeu que é desejo  
577 daquela comunidade, aquilo que a prefeitura entendeu que é necessidade daquela



578 comunidade. Criar os atrativos, criar, talvez seja isto que está faltando. Nós já temos um  
579 longuíssimo tempo de operação do comitê e poucas realizações. Isto sempre com a  
580 participação do SINDUSCON. Se até agora muito pouco foi realizado, muito pouco foi  
581 realizado porque os incorporadores, os empresários não tiveram interesse maior na área.  
582 Não depende da participação deles no comitê, depende de técnicos, de comitê, de  
583 comunidade, todos juntos criarem os atrativos para que o setor privado vá investir nesta  
584 área. E eu não acho que é por dentro do comitê que o setor privado vai criar os atrativos.  
585 Não é bem isto. E se criar, vai criar apenas para realizar os seus negócios, os seus lucros,  
586 quando o que se trata aqui é de desenvolver uma área da cidade, desenvolver para a  
587 cidade. Nesta linha eu acho que escolhemos muito bem e muita coisa ainda vai cair neste  
588 conselho para ser discutido, onde o SINDUSCON está representado. **Hermes de Assis**  
589 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
590 **SAERGS:** Eu queria fazer um comentário sobre essa questão das divisas que tanto se  
591 falou aqui. Como já disse, trabalhei por um período muito longo na prefeitura e,  
592 invariavelmente, para não dizer sempre, sempre que se trata de dividas, de demarcação  
593 das antigas unidades territoriais, seja o que for, os bairros... Um trabalho muito sério que  
594 foi feito sobre os bairros, sempre termina em conflitos das comunidades. É muito difícil  
595 fazer um trabalho em uma área territorial de Porto Alegre com essas divisas, esses limites  
596 que, às vezes, beneficiam alguns e não beneficiam os outros, que tenha um cosenso, é  
597 quase impossível. Então, na verdade, não é um grande problema, porque o momento em  
598 que uma região começa a se desenvolver, as regiões contíguas passam também a captar  
599 aqueles investimentos, e, provavelmente, as próprias legislações se estendam. A crítica  
600 que foi feita e está correta é que não se fez mais, quando eu digo que não se fez mais, eu  
601 era prefeitura. Agora, também não quero fazer o mea culpa, porque as dificuldades que se  
602 teve para implantar este projeto da Lomba na época, as pessoas iam com carro próprio  
603 fazer reunião na Lomba do Pinheiro. Então, não quero fazer choradeira de ex-técnico, mas  
604 é o Brasil, é o Rio Grande do Sul, é Porto Alegre que funciona assim. Se foi feita só a  
605 Lomba é por causa das condições na época, a comunidade era mais organizada e a  
606 Lomba estava sofrendo um processo de extensão muito rápido, que não tinha tanto na  
607 época, em outras regiões. Paulo, quando tu falaste da Glória, que tem igreja, tem  
608 estrutura, eu também moro lá, eu defendo a Glória, mas é impossível, quiçá, pudéssemos  
609 fazer o que era uma ideia lá no início do planejamento, dividir a cidade em regiões e cada  
610 região ter um núcleo de planejamento, com um grupo de arquitetos que tratavam daquela  
611 região. Hoje é impossível em função do número de funcionários. Eu concordo, Dal Molin,  
612 que seria importante, eu acho que nós, a sociedade, temos que quebrar um pouco esses  
613 limites que tem entre a comunidade, o investidor, mas, de qualquer forma, foi uma  
614 composição que se fez, existe esta possibilidade de compor com a suplência, não sei se  
615 vai ser possível ou não. Não é um titular e um suplente? Não vamos votar aqui o suplente,  
616 as indicações depois serão feitas. Só para encerrar o que o Sérgio falou, queria justificar  
617 porque nos indicamos para esta vaga. Nós fizemos uma consulta, a Cléia Oliveira, que  
618 para quem não conhece é a pessoa que começou e fez tudo na Lomba. Ela se dedicou,  
619 não vou fazer uma propaganda dela, mas ela dedicou sua vida ao trabalho na Lomba,  
620 nosso que terminou se mudando para a Lomba. Ela tinha um sítio lá, mas hoje mora lá,  
621 vendou o que tinha aqui, hoje tem só um apartamento. Ela tinha muita resistência, ela se  
622 aposentou, teve uma doença muito grave, está se recuperando, mas aceitou este desafio.  
623 Independente da entidade, eu não teria dúvida em dizer que a pessoa que talvez hoje mais  
624 possa contribuir... Eu acho que o João chegou a trabalhar com ela, na época. **Maurício**  
625 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



626 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, por favor, tempo. **Mark Ramos Kuschick**  
627 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A Sociedade  
628 de Economia concorda com a nomeação dessas três entidades que representam  
629 profissionais do Rio Grande do Sul, que têm demonstrado bastante comprometimento com  
630 as questões do Conselho Municipal. E nós acreditamos que o SINDUSCON tem um  
631 enorme protagonismo na cidade há muitos anos, tem uma participação efetiva como  
632 empreendedor, representante dos empreendedores. Portanto, neste momento a  
633 Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul acha mais adequada esta nominata  
634 SAERGS, IAB e ABES. Eu acho que foi uma escolha importante e oportuna para o  
635 momento. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**  
636 **Grande do Sul – UFRGS:** Eu acho que foi uma escolha importante, mais do que uma  
637 escolha das entidades, mas a possibilidade da continuação a este trabalho, que eu acho  
638 muito significativo. Se nós conseguimos desenvolver algo mais significativo, mais concreto  
639 na Lomba, eu acho que pode servir para a cidade como um todo, como experiência, como  
640 laboratório de trabalho. Eu acho importantíssimo a gente tentar, por isso é tão séria esta  
641 questão, por isso fico contente que se tenha feito a eleição da forma que foi feita. Dal  
642 Molin, horas tu vais estar certamente participando, mas neste momento eu acho que foi  
643 uma conjunção possível de ser feita. Eu fiquei muito satisfeita com isso e espero que a  
644 gente consiga implementar isto na cidade, que isto venha a servir de possibilidade,  
645 inclusive, de experimentação do pensamento sobre a cidade, que é uma coisa que  
646 estamos precisando muito aqui. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e**  
647 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Para aqueles que não me conhecem, eu sou o Júlio,  
648 estou substituindo a colega Claudete Simas, pela ACESSO. Então, só gostaria de fazer  
649 uma fala breve, até porque tem muitas pessoas que querem contribuir aqui com esta  
650 escolha. Foi uma escolha importante feita hoje e saudar esta nova composição do  
651 conselho, também lembrar que estão presentes aqui a Jane, a Maristela, o Nunes também,  
652 que são os representantes do setor comunitário. Agora também precisamos pensar, como  
653 o colega falou, de termos boas representações da prefeitura, que seria o próximo passo,  
654 que é a prefeitura fazer boas indicações. Então, é saudar este passo final que está sendo  
655 dado, esses últimos passos para esta nova composição do comitê. **Darci Barnech**  
656 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
657 **ABES/RS:** Eu lembro que no final do ano passado, em relação á discussão que o Paulo e  
658 a Kelly nos propunham, um pouco antes do processo eleitoral iniciar, passou por este  
659 conselho uma proposta de revisão dos limites das regiões, que o conselho, exatamente  
660 porque estava em cima do processo eleitoral, e era: hoje eu voto aqui, amanhã eu voto ali;  
661 o conselho resolveu votar contra a alteração. Eu acho que, realmente, nós não podemos  
662 ter uma base para a gestão planejamento urbano, outra base para outra base, para cada  
663 coisa que vamos decidir ter uma base geográfica. Isto às vezes me espanta, algumas  
664 coisas que a gente tem que ir na bibliografia buscar um pouquinho de erros que a  
665 humanidade faz. Tem um cara lá, um velho chamado Maquiavel, que diz que a melhor  
666 coisa é dividir para governar. Então, isto ele falou em 1.400 e até hoje nós não  
667 aprendemos, nós vamos decidir uma base geográfica para decidir uma coisa e divide a  
668 população, que é a melhor maneira de se governar. Então, eu acho que nós temos que  
669 decidir em um passo seguinte esta questão de resolver esta base geográfica. O que  
670 importa é o morador da Pitinga, ele se sente mais morador da Restinga ou da Lomba. Ele  
671 é quem tem que dizer, é isto que nós temos que captar com a população e refazer esta  
672 divisão das regiões. A questão da participação da ABES, eu acho que eu e o Dal Molin  
673 participamos de reuniões diferentes ali fora. Foi colocado bem claro que assim como



674 houve entre a ÁREA e o Sindicato, a suplência vai ser discutida depois, nós podemos fazer  
675 composições. Nós temos sócios que são do SINDUSCON, do Sindicato dos Arquitetos,  
676 que são sócios do IAB, que são sócios da ABES, tem pessoas que são sócias da ABES  
677 que também são filiadas ao SINDUSCON. Então, não houve a exclusão de ninguém. Cada  
678 vez que vai haver uma votação aqui – “Ah, eu fui excluído”; aí vem trazer para o microfone.  
679 Eu já fui excluído “n” vezes aqui e não vim trazer para o microfone – “Ah, eu fui excluído,  
680 não vou participar”. A conversa ali fora foi bem ao contrário, temos estas três entidades e  
681 estamos abertos para a composição. Acho que a Lomba do Pinheiro é um dos nossos  
682 centros de preocupação na questão ambiental. Então, a participação da ABES, a questão  
683 saneamento, onde vemos aqueles arroios lá rodando com a própria barragem que foi  
684 abandonada pelo DMAE porque não tem mais condições de captar água para abastecer a  
685 população, acho que esta discussão até hoje não foi devidamente discutida e levada na  
686 região. Eu acho que nós temos que levar a discussão ambiental para a região. **Kelly**  
687 **Ramos da Silva (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu  
688 estou chegando agora, não sei nada, mas estou com muita vontade de aprender. Isto me  
689 dá uma vantagem, porque eu não estou no círculo vicioso de coisas que aconteceram, de  
690 coisas que foram empurrando e eu estou com vontade de discutir. Eu acho que  
691 precisamos sim discutir a reforma da lei e este é o local apropriado, pelo menos este é o  
692 meu ponto de vista. Este conselho tem que discutir a reforma da lei, porque a Região 08  
693 não pode ser prejudicada da forma que está sendo prejudicada com este empreendimento,  
694 que é este que estamos discutindo. De fato, este empreendimento que vai para a Pitinga,  
695 que é o que levantou esta grande discussão entre Lomba do Pinheiro e Restinga, porque é  
696 um empreendimento que despeja milhares de pessoas, mais de 4 mil pessoas dentro da  
697 Pitinga, onde de contrapartida vai ser construído um posto de saúde na Vila Esmeralda,  
698 sendo que a Pitinga não tem posto de saúde, usa o Posto de Saúde Vila Castelo da  
699 Restinga. Então, precisamos discutir sim a reforma da lei, até para vermos os limites. A  
700 gente precisa, urgentemente, rever os limites, as delimitações de áreas, porque não  
701 podemos continuar trancando o empreendimento, como o colega Emerson já citou, por  
702 causa da área. Então, precisamos fazer isto e a Região 08 tem vontade de fazer isto com  
703 urgência. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
704 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai falar só um pela região, ou a Jane, ou a  
705 Maristela. Peço a compreensão. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região**  
706 **de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu vou me colocar junto com a Kelly, porque  
707 sou nova no Plano Diretor e sei bem pouco. O que me chamou bastante atenção durante  
708 todas estas horas que estamos discutindo, que pelas minhas contas ficamos por 19 anos  
709 para aprovar uma lei, esta consorciada da Lomba do Pinheiro, mas pelo o que parece  
710 nada foi feito na Lomba do Pinheiro nestes 19 anos, o que não é verdade. A Lomba do  
711 Pinheiro modificou completamente a sua face nestes 19 anos ou mais, as construções  
712 estão lá, as pessoas estão lá morando, as coisas estão acontecendo e a lei continua  
713 sendo discutida como se nada houvesse no Pinheiro. Parece que estão esperando a lei  
714 para construir alguma coisa, para dar contrapartida ou alguma coisa parecida. Então, fico  
715 abismada, porque parece que o que se fala aqui não é o que acontece na região, não é a  
716 mesma cidade que estamos vivendo, é uma coisa diferente, um troço abstrato. Eu fico  
717 completamente ignorante na situação, porque quem conheceu a Lomba do Pinheiro há 10,  
718 15 anos atrás sabe que hoje é outra Lomba do Pinheiro. Tem prédio para tudo que é lado,  
719 tem empreendimento imobiliário de luxo para tudo que é lado. Então, vocês me  
720 desculpem, mas eu não sei o que vocês estão discutindo aqui, não sei mesmo. Eu estou  
721 todo este tempo aqui escutando e continuo sem saber, porque está se discutindo uma



722 coisa que a lei ainda vai ser aprovada, vai ser colocada em execução de um troço que já  
723 existe. Eu gostaria de ser esclarecida a respeito disto. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente),**  
724 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Apenas queria contribuir com esta questão  
725 do limite, da inclusão das regiões 05 e 08. Eu acho que esta é uma discussão muito  
726 pertinente, a reivindicação de vocês é válida, é importante. Eu acho que esta é uma  
727 questão que deveria ser discutida durante a revisão do Plano Diretor, estas questões de  
728 delimitação das áreas, seja ela por limites administrativos, como é no caso dos bairros, ou  
729 seja ela na divisão de zonas, como é no caso da aplicação do regime urbanístico. Eu acho  
730 que o momento oportuno está dado agora, que é durante a revisão do Plano Diretor.  
731 Então, essas coisas tem que ser discutidas durante a revisão do Plano Diretor. Esta é  
732 minha opinião. Obrigada. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**  
733 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Eu só gostaria de parabenizar a escolha das  
734 três entidades que, com certeza, vão representar muito bem esta nova região. **Sérgio**  
735 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**  
736 Realmente, é uma grande oportunidade e entendo a vontade política das coisas  
737 acontecerem. Eu vejo muito que nós temos que nos preocupar com o que a comunidade  
738 realmente vai querer. E eu entendo que a participação das entidades vai ser até no nível  
739 de dar um assessoramento técnico na sua participação junto com a comunidade. Então, eu  
740 vejo que as coisas estão bem encaminhadas, torcer para que tudo agora ande de forma  
741 bem dinâmica. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da**  
742 **Construção Civil – SINDUSCON:** Eu também quero dar os parabéns pela eleição, pela  
743 escolha. Concordo com o Hermes, são pessoas competentes que vão fazer um bom  
744 trabalho, mas não posso deixar de falar sobre o que falou o não Conselheiro da ABES, o  
745 Darci Campani, quando diz que teve duas reuniões diferentes, como se eu estivesse me  
746 sentindo excluído e que, então, agora não vou participar. Eu acho que tu exageraste,  
747 Darci. Eu acho que não falei isto em nenhum momento, não me senti excluído e nem disse  
748 que não vou participar. As pessoas que me conhecem sabem que eu tenho muito mais  
749 anos de conselho do que talvez muitos aqui dentro. Se eu estou aqui de novo, se saí de  
750 uma entidade para a outra, é porque alguém reconheceu em mim alguma forma de  
751 contribuição para melhorar a cidade, desde quando fui conselheiro de região também.  
752 Acho que neste caso talvez tu tenhas razão, eu como pessoa física tenho muito a  
753 contribuir, mas quando eu estava me posicionando ali fora e aqui dentro, estava fazendo  
754 em nome de uma entidade e não na minha pessoa física. Eu não vou ficar nenhum pouco  
755 chateado se eu for excluído ou se não participar. Agora, ficaria muito chateado se eu não  
756 pudesse contribuir com a minha cidade como pessoa física, nisto eu ficaria muito  
757 chateado. A minha fala foi no sentido de que achava muito mais construtivo para a  
758 comunidade a presença da minha entidade naquele comitê. Se a maioria achou que não  
759 eu respeito e aceito. Esta pessoa que tu viste ali fora, aí eu vou dizer, não era eu que disse  
760 que – “Ah, fui excluído e não vou participar”. Não sei quem tu viste ali que fez esta  
761 colocação, porque em nenhum momento. Se alguém quiser se manifestar por ter visto  
762 alguém brabo ali, dizendo que não vai participar porque foi excluído, quero que se  
763 manifeste agora. Darci, fica o meu alerta, nas reuniões do conselho do ano passado, onde  
764 sempre dava alguma confusão era com a tua pessoa, porque tu estavas sendo distorcendo  
765 os fatos. Então, agora foi uma situação que aconteceu ali, que eu acho que mereço um  
766 pouco mais de respeito, porque em nenhum momento fui desta forma teatral como tu me  
767 descreveste. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**  
768 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas eu não falei. Pega a gravação e vamos ver.  
769 **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**



770 **SINDUSCON:** Já aconteceu outras vezes aqui no conselho, tem até o Conselheiro Chico  
771 aqui, que tu te manifestas e depois não assume. Então, vou terminando aqui minha fala e  
772 volto a parabenizar a comissão eleita. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
773 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, nós tivemos uma apresentação pela  
774 Arquiteta Ada, há umas duas reuniões, onde ela apresentava diretrizes de discussão para  
775 realizar o Plano Diretor. Em uma delas foi colocado este problema que ocorre e hoje é  
776 concreto, precisa ser melhor planejado, da questão que relaciona a macrozona 10 com o  
777 desenho de bairro, com o desenho de região de planejamento. Evidente, há maneiras e as  
778 pessoas estão resolvendo isto, mas o ideal, o correto, seria que não houvesse a  
779 sobreposição das regiões. Nós tivemos uma eleição, o Campani falou, que na véspera da  
780 eleição, por uma preocupação do Presidente, foi colocada a discussão dos bairros, que a  
781 gente fizesse certa adequação. Nós fizemos uma análise e tinha tanto problema que era  
782 melhor deixar do jeito que estava. Não que nós não concordássemos que deveria ser  
783 modificado. Aí nós identificamos, mapeamos, deve estar até os nossos riscos nesses  
784 mapas, onde estavam os problemas que poderiam acontecer. Não surgiram em nível de  
785 criar algum conflito com a eleição, mas até poderiam de certa forma se pegasse algumas  
786 situações que estavam exatamente na Lomba com a região do Belém velho. Ou seja, é um  
787 tema para a revisão do planejamento, a revisão do Plano Diretor, como disse a colega do  
788 IAB. É uma oportunidade de resolver isto que está acontecendo. Eu quero fazer outra  
789 observação a respeito da representatividade de qualquer fórum que queira representar os  
790 interesses da sociedade, que é pluralista e deve ter todos os elementos, todos os  
791 representantes, todos os setores nesses fóruns, discussões que decidem a vida das  
792 pessoas. Infelizmente, ficou na conta do CMDUA esta distribuição da representação na  
793 Lomba, que também considero uma distorção e eu acho que deveria na oportunidade ser  
794 alterado, porque eu acho inadmissível que os representantes do empresariado, que  
795 realmente tem alta importância, porque são os que promovem do ponto de vista financeiro  
796 essas melhorias propostas tanto pelo poder público, quanto pelos outros órgãos de  
797 controle, e não estão representados neste Fórum de discussão. Então, lamento que tu  
798 ficaste na conta do CMDUA e o CMDUA não contemplou com todo o direito que tinha,  
799 porque a eleição foi legítima e dentro daquilo que estava previsto na lei do consórcio da  
800 Lomba. Era isto, Presidente, e obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
801 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, o próximo passo em relação à criação do fundo,  
802 nós vamos ter que chamar uma reunião no comitê? Nós temos a questão de uma  
803 contrapartida que está vindo, nós temos prazos, mas neste meio tempo temos que  
804 trabalhar essas questões. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**  
805 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Maristela e demais conselheiros,  
806 Conselheira Jane, hoje o João Marcelo e a Patrícia representam a SMDE, vão esclarecer  
807 vocês. O nosso papel aqui na reunião de hoje, independente dos pontos de vista e não vou  
808 expressar meu ponto de vista aqui, procurei conduzir os trabalhos, porque tivemos um  
809 momento muito importante que conseguimos avançar, é definir os conselheiros. Em  
810 relação ao andamento da Operação Urbana Consorciada, não é neste fórum aqui. Então,  
811 cabe ao executivo, no qual eu me incluo, mas não é ao CMDUA. Então, é o executivo, a  
812 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a SMAMS, o DEMHAB, Secretaria da fazenda,  
813 enfim, tem uma agenda que talvez estejamos atrasados uns 20 anos, mas antes tarde do  
814 que nunca. Senhores, eu agradeço a presença de todos, está encerrada a reunião.  
815 Obrigado. **ITEM 4: Término (As 21h15min).**

816



817

818 **O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.**

819

820

821

822

823

824

825

826

---

827 **Maurício Fernandes**

828 *Presidente*

829

830

831

832

833

834 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 16 de outubro de 2018, sem retificações.**

---

**Aline Brum de Lima**

*Secretária Executiva*

*Relatora*